

DA NOÇÃO INTUITIVA DE GRAMÁTICA (*)

1. Preliminarmente, e em caráter totalmente provisório, podemos partir de uma caracterização puramente informal do conceito de gramática. Se nos movermos sobre este plano intuitivo, no processo de comunicação, a linguagem parece articular-se em duas dimensões distintas: aquela, por assim dizer, "física", definível como seqüência fônica, e aquela que, para evitarmos a esta altura termos compromissados ou particularmente comprometedores (tais como: "conceitual", "comportamental", etc.) podemos denominar "informacional". Diremos então que uma gramática é um dispositivo que permite associar sons e, na acepção anteriormente limitada, significados.

2. Procuremos então determinar com exatidão o objetivo de uma pesquisa lingüística assim orientada. Primeiramente, das breves explicações dadas, resulta que semelhante caracterização de gramática deverá prever (no mínimo) três eventuais níveis de **representação**: será necessária uma especificação suficientemente adequada do componente fonético (tarefa desempenhada pela análise fonológica: redução do **continuum** sonoro constituído pela emissão verbal tornada **discreta** pela introdução, eventualmente, de traços distintivos), do componente "significado" (cuja tematização é de competência da análise semântica: problema que no momento permanecerá em aberto e sem ulteriores esclarecimentos), e por fim do componente sintático (o que, expressando-nos sempre nesta linguagem provisória e aproximada, equivale a individualizar as modalidades pelas quais determinados elementos constituintes ajustam-se para formar os enunciados de uma língua).

3. Isolemos do conjunto da argumentação o problema da sintaxe (de agora em diante, salvo exceções, o termo "gramá-

(*) — Este trabalho é parte de outro mais amplo no qual, relativamente ao problema da gramática, são dadas também as noções formais pertinentes: de forma que, sem este complemento necessário, por vezes poderá ele resultar pouco entendível. E' preciso, outrossim, lembrar de que quanto aqui apresentamos versa quase que em sua totalidade sobre a teoria chomskyana, mesmo se em um ou outro ponto dela se afasta).

tica” denotará limitativamente só êste componente). Em primeiro lugar, encontramos-nos diante de uma tese que, mesmo se aparentemente banal, envolve um exato critério de escolha: sobre o que se pratica análise? Admitamos que uma língua seja um todo infinito de enunciados (no caso das línguas naturais não é de fato permitido formular restrições suficientemente alicerçadas acêrca da possibilidade de aparecimento de determinadas estruturas de enunciado, e isto devido a algumas propriedades “recursivas” das quais trataremos mais adiante). Semelhante infinitude motivará então uma escolha de natureza epistemológica e levará à individualização do **corpus** da análise com uma **parcela finita suficientemente representativa da língua em questão**. O problema consiste então em conhecer o que se esconde por trás desta expressão.

4. Existem, antes de mais nada, observações de ordem negativa. A escolha a que fizemos referência envolve a simultânea remoção de dois diferentes pontos de vista: de um lado, o “estatístico”, pelo qual o critério para especificar o conjunto-língua (ou seja o critério que nos permite estabelecer se uma determinada expressão pertence ou não àquele conjunto) baseia-se essencialmente em considerações relacionadas com a frequência de ocorrência da expressão em causa; de outro lado, o “normativo”, no qual o problema do pertencer ao conjunto-língua identifica-se, grosso modo, com o problema da “admissibilidade” segundo normas socialmente codificadas. Todavia no interior de uma perspectiva formal como aquela de que trataremos logo após, ambas as hipóteses são não pertinentes: o pertencer ou não de uma expressão ao conjunto-língua (ou seja, o seu estatuto de enunciado) pode ser decidido somente com base em critérios de **gramaticalidade** (acêrca dêste conceito veja-se o item 12 desta seção), ou seja, com base na possibilidade, ou impossibilidade, para aquela expressão ser **gerada** através de um conjunto de regras de derivação. — Positivamente, é possível, entretanto, afirmar que uma parcela finita é “suficientemente representativa” de uma língua se goza de um poder prenunciativo com relação a esta mesma. Em suma, dada uma parcela arbitrária, sua análise possui para nós uma função explicativa geral se nos permite predizer por outras parcelas, as propriedades e as relações nela encontradas (cfr. Harris, 1960: 14). É então suficientemente explícito, e vê-lo-emos melhor em seguida, que esta capacidade explicativa pode ser colocada à base de um critério de avaliação par análises lingüísticas alternativas.

5. Sem ulteriores especificações, a argumentação anterior parece esconder uma circularidade. De fato, afirma-se de um lado que (1) o **corpus** sobre o qual se efetua a pesquisa é um todo finito de enunciados (isto é, de expressões gramaticais), visto que, em termos de intuição, a obrigação de uma gramática está em caracterizar determinadas regularidades lingüísticas, de outro lado diz-se que (2) o critério de gramaticalidade somente pode ser fornecido por um conjunto de regras que gera os enunciados de uma língua conjunto este cuja especificação é obviamente mister da própria pesquisa. O que deve ser aqui esclarecido, é que o conceito de gramaticalidade presente em (1) é do tipo intuitivo, aquele presente em (2) do tipo formal. Melhor dizendo, o **corpus** é constituído por um todo finito E de expressões que o falante reconhece como enunciados com base numa determinada "competência" lingüística que a gramática deve exatamente caracterizar em termos formais, graças à especificação de processos recursivos. É óbvio que a determinação de E é um fato totalmente **arbitrário**: este todo pode, por exemplo, encerrar todos e somente os enunciados "registrados" em qualquer texto, ou os enunciados efetivamente ocorridos no idioleto de um certo falante (eventualmente o próprio lingüista), ou estes enunciados e aqueles suscitados mediante particulares solicitações experimentais, etc. etc. Neste sentido, poderíamos dizer¹ que aquilo que se considera inicialmente como **corpus** não é propriamente a "língua", e isto por dois motivos. Intuitivamente, o conceito de língua é particularmente complexo e dificilmente manejável: entenderemos uma pressuposta língua padrão? Mas então como caracterizá-la, sobre bases puramente intuitivas, em vista da constituição de um **corpus**? Entenderemos entretanto um certo dialeto ou idioleto? Formalmente, diga-se que somente **no final** da pesquisa poderemos especificar uma língua, isto é, quando estivermos encontrado processos recessivos em condições de gerá-la (processos que a pesquisa deve exatamente construir a partir do **corpus**).

6. O que sustem estas considerações, é, na realidade, o problema da **adequação** de uma gramática (incidentalmente, o termo gramática tem sido até agora usado de forma ambígua, denotando tanto um conjunto de dispositivos postos a

1 — De fato, se admitirmos que formalmente uma língua é um todo (infinito, em nosso caso) de enunciados gerado por uma determinada gramática, é claro que o **corpus** adotado, enquanto finito, será necessariamente um subconjunto próprio da língua e portanto com ela não se identifica.

funcionar pelo falante em sua atividade lingüística, como por exemplo no item 1., quanto, como no caso presente, expressão **teórica** determinada por uma pesquisa lingüística: independente do fato que o contexto fornece, vez por vez, a especificação necessária, veremos brevemente que esta amplitude tem sua razão de ser). Se a função de uma gramática é a determinação de um conjunto de regras; a função de uma **teoria** da gramática² articula-se, outrossim, em dois pontos essenciais: (1) caracterização das formas possíveis de gramática em geral; (2) caracterização da relação entre uma determinada gramática (entendida exatamente como estrutura formal) e o nível intuitivo (competência lingüística do falante). Individualizamos em (1) o problema da adequação **interna** de uma gramática, e em (2, aquêle da adequação **externa**.

7. Podemos afirmar que, enquanto expressão teórica elaborada por um lingüista relativamente a um determinado **corpus** (ou seja, com as ressalvas formuladas no item 6 "in fine", com relação a um língua estabelecida), uma gramática constitui uma série de hipóteses acêrca da estrutura dos fenômenos analisados. É presumível que, no decurso da análise se apresentem hipóteses alternativas (e, por fim, em geral, gramáticas alternativas): além do mais, uma teoria **geral** da gramática exatamente caracterizável como um dispositivo que permite avaliar tais alternativas. Evidentemente, um dispositivo dêste gênero deverá conter uma série de noções que se distribuem sobre vários planos, que aqui limitaremos somente a dois essenciais: primeiramente, tratar-se-á de delimitar a classe das gramáticas possíveis, ou seja enunciar algumas restrições formais suficientemente fortes para permitir a exclusão de determinadas gramáticas; em segundo lugar, de fornecer uma especificação das unidades descritivas utilizadas (como "forma", "morfema", etc.), e mais em particular do conceito de **descriminação estrutural**. Enunciamos assim dois requisitos, particularmente fortes, que colocam semelhante postura do problema da adequação interna fora da concepção epistemológica geral do estruturalismo americano. De fato, se devêssemos definir muito esquemática e grosseira

2 — Na realidade, se admitirmos que uma gramática é uma teoria (no sentido formal da palavra) da língua, é óbvio que uma teoria geral da gramática é uma metateoria. De forma que, para evitar possíveis equívocos, quando necessário trataremos respectivamente de teoria da língua e de teoria da gramática.

mente esta concepção, poderíamos individualizar nela dois momentos essenciais: o **corpus** é tomado como um conjunto de seqüências observáveis que constitui o campo em si da pesquisa; o objetivo da análise lingüística é identificado com a possibilidade de descrever este **corpus** nos termos de uma estrutura suficientemente articulada, dotada de determinadas regularidades, de determinados feixes de relações, etc. Chomsky qualifica este processo como “processo de descoberta” mesmo porque, como vimos, éle parte do **corpus** com um conjunto de eventos físicos originariamente não diferenciado para assim individualizar, graças a técnicas de “segmentação”, alguns elementos, para determinar, considerando suas relações recíprocas, algumas classificações de elementos (de forma a simplificar ao máximo o aparato descritivo). Assim, segundo Harris, a tarefa essencial da lingüística descritiva é “obter uma representação biunívoca compacta do complexo das expressões no **corpus**. Visto que a representação de expressão ou de suas partes baseia-se numa confrontação de expressões, ela na realidade é uma representação de distinções” (Harris, 1960: 366-67). É portanto evidente que, pela própria definição, uma “representação biunívoca” está destinada a permanecer no âmbito do **corpus** considerado, pondo, por isso, em correspondência entre si expressões do **corpus**: serão portanto estranhas a uma aproximação deste tipo, hipóteses relativas a determinados componentes “abstratos” que possam levar à formação de expressões que não se constatarem no **corpus** e não obstante qualificáveis como gramaticais na base das hipóteses formais relativamente à estrutura de enunciado em geral: particularmente, estarão fora de cogitação processos de tipo recursivo³, cuja tarefa consiste exatamente

3 — Esta observação não é totalmente exata, como está salientado em Chomsky (1962: 538 nota): alguns processos adotados por Harris, por exemplo, são destinados “a levar a assertivas de caráter recursivo e portanto não servem para fornecer uma representação do **corpus**”. — Geralmente, todavia, a observação em questão parece ter bom fundamento. Uma confirmação post festum (isto é, após o advento da lingüística transformacional, e em resposta à mesma) é dada por Hockett (1968). Neste livro é constante em primeiro plano a contraposição entre um método que se presume automaticamente “empírico” e um outro (chomskyano) no qual se individualiza o predomínio de preocupações abstratamente teóricas (freqüentemente infundadas, a critério do autor). Grosso modo a argumentação de Hockett é a seguinte: — 1) uma língua natural não é um sistema “bem definido” (isto é, não dominável através de algoritmos); 2) é portanto absurdo procurar construir uma gramática algébrica que gere semelhante língua; 3) não resta então se não manipular os fatos (ou melhor: aquele conjunto de fatos observáveis que constitui um **corpus**) e

em fornecer um critério de decisão para as expressões, critério graças ao qual poderemos determinar a classe das expressões gramaticais (i. e. dos “enunciados”), ou seja, das expressões que podem ser geradas pelo sistema de regras preparado. A esta altura é importante acentuar um aspecto essencial da crítica que Chomsky desenvolve relativamente ao método estruturalista, isto é, o fato de que a ausência de definição do conceito de gramaticalidade, neste último, é devida preliminarmente (do ponto de vista epistemológico) à falta de processos recursivos, isto na medida em que o próprio método se identifica com técnicas de “segmentação” e de “classificação” do **corpus**. É sobre estas bases, exatamente de natureza “formal”, que é possível situar ulteriormente o problema da gramaticalidade com relação ao falante (problema, conexo como veremos, com o da adequação “externa”). Observações análogas podem ser feitas acêrca da questão dos pressupostos “universais” lingüísticos; no momento limitarmos-nos a observar que semelhante questão tem sua justificação epistemológica (e não só genêricamente “filosóficas” como costumeiramente se procura salientar) precisamente neste âmbito de considerações: na realidade uma **teoria** geral da gramática, que tenha por finalidade uma delimitação das gramáticas possíveis (na base, como já se disse, das restrições formais), e que portanto enuncie os requisitos aos quais devem atender as várias gramáticas particulares, pode eventualmente, ser associada, no plano intuitivo, a um conjunto de hipóteses relacionadas com a natureza da linguagem em geral. Como veremos é, em primeiro lugar, sob êste aspecto que deve ser considerado o problema dos universais lingüísticos, de forma que os mesmos passam a configurar-se não como “propriedades” empiricamente dadas, mas como hipó-

proceder indutivamente à construção sistemática de um inventário dos elementos e de suas relações (onde a utilização de instrumentos formais possui somente uma função marginal). — Negativamente, as teses sustentadas por Hockett servem para demonstrar o reviramento de perspectiva levado a efeito pela lingüística transformacional no plano epistemológico: detalhadamente, a admissão do aparato formal não se identifica com um simples atalho ou como um instrumento (mesmo se útil) do trabalho descritivo, mas com a admissão de uma teoria no rigoroso sentido da palavra (isto é, como sistema dedutivo). De outro lado, é absurdo contrapor brutalmente, como faz por exemplo Hockett, teoria e fato empíricos (para sustentar, além do mais, o caráter “empírico” da lingüística): o problema é obviamente muito mais complexo e se identifica, como aponto em outra parte, com o problema de determinar um eventual modelo para aquela teoria.

teses quanto aos requisitos formais que as gramáticas devem satisfazer. Limitar-se ao aspecto mais declaradamente “filosófico” (ou também psicológico) do problema e partir diretamente de conceitos tais como inatismo e semelhantes significaria perder de vista alguns pressupostos fundamentais.

8. Resulta claro, pelo considerado, que o critério de adequação interna para as gramáticas não é naturalmente absoluto, mas relativo. De fato, uma vez que neste âmbito de considerações a adequação interna de uma determinada gramática depende da capacidade que ela possui de colimar com uma **teoria** geral, é óbvio que o critério de adequação é relativo à teoria escolhida: mudando de teoria (isto é, um conjunto de hipóteses sobre as possíveis formas de gramática) alteraram-se obviamente os requisitos aos quais uma gramática deve responder; por fim, quando se renuncia à formulação de uma teoria geral, elimina-se contemporaneamente o problema da adequação interna e, tácita ou explicitamente, significa limitar-se ao problema da adequação externa, ou seja descritiva, como sucede por exemplo numa gramática do tipo “taxinômico”. (Na realidade, poder-se-ia demonstrar que semelhante atitude supõe igualmente, mesmo se, por vezes, de forma não declarada, um certo tipo de teoria geral. De fato, ao estabelecer os requisitos de adequação externa de uma gramática quase somos levados pelas considerações gerais sobre a natureza da linguagem: estabelecer, por exemplo, que a adequação externa de uma gramática reside em sua capacidade de colimar com um **corpus** de dados observáveis — sem colocar ulteriormente requisitos mais fortes, do tipo daqueles introduzidos por Chomsky com os conceitos de competência, estrutura profunda etc. —, equivale habitualmente a pressupor uma teoria orientada em sentido comportamentalista, como é o caso do estruturalismo americano). Se de outro lado, como tivemos a oportunidade de verificar, a finalidade de uma teoria geral é também a de fornecer medidas de avaliação para gramáticas alternativas, as considerações acerca da relatividade dos critérios de adequação significam que tais medidas não são conferidas apriori, mas são **interiores** à própria teoria e constituem hipóteses empíricas suscetíveis de desmentido e, portanto, alteráveis com base em resultados empíricos. Por exemplo, admitindo como critério de adequação a simplicidade da descrição, é possível associar uma medida de avaliação para gramáticas alternativas de uma certa língua à determinação das “generalizações que são significativas para aquela língua”. Fala-se de generalização quando um aparato

de regras, relativas a um conjunto de elementos, pode ser substituído por uma única regra ou quando uma “classe natural” de elementos é subsumível sob um determinado processo ou um conjunto de processos semelhantes. Especificar portanto as “generalizações” significativas para uma certa língua equivale então, como observa Chomsky, a escolher uma medida de avaliação em condições de determinar aqueles que denominamos “processos semelhantes” e “classes naturais”. Trata-se, enfim, de excogitar um processo “que atribuirá uma medida mecânica de avaliação a uma gramática no termos do grau de generalização lingüísticamente significativo que aquela gramática alcança. A medida óbvia a ser aplicada a uma gramática é o comprimento, com base no número de símbolos. Mas, para que esta seja uma medida prudente é necessário preparar notações e reduzir a forma das regras de maneira a permitir que as considerações significativas de complexidade e generalidade, venham a se converter em considerações de comprimento, de maneira que generalizações reais, mas não falsas, abreviem a gramática” (Chomsky, 1965: 42). É, êste, um problema epistemológico decisivo que, com exceção de algumas referências na eventualidade de questões específicas, Chomsky deixa em aberto no que concerne ao seu alcance geral. Resumidamente, a argumentação iniciada por Chomsky é passível de desenvolvimento em duas direções distintas e complementares: para fornecer critérios satisfatórios de adequação interna é possível, de um lado, tornar cada vez mais sutis as medidas de avaliação, de outro lado potenciar as restrições concernentes às formas possíveis de gramática, fortalecendo portanto, cada vez mais, os requisitos a que uma determinada gramática deve atender. Aliás, esta segunda possibilidade está diretamente ligada aos desenvolvimentos efetivos que as análises gramaticais podem ter na tematização de línguas particulares: na medida em que as assertivas a respeito de determinadas propriedades destas línguas sejam generalizáveis até a linguagem, a própria teoria da linguagem sairá fortalecida e estará então em condições de estabelecer requisitos particularmente fortes com relação às formas possíveis de gramática, reduzindo desta forma o campo de gramáticas altamente avaliadas.

9. Admitamos que uma gramática é **externamente** adequada se estiver em condições de gerar todos e somente os enunciados de uma determinada língua, e de a êles associar uma descrição estrutural. Teremos, em seguida, possibilidade de fornecer uma caracterização mais exata dêstes concei-

tos; momentâneamente, permanecendo no mesmo nível intuitivo em que nos colocamos, será suficiente esclarecer que o mister de uma descrição estrutural é o de estabelecer, para cada enunciado, os elementos que o constituem, sua disposição no contexto do enunciado, suas interconexões e, em geral, qualquer outra especificação que se torne necessária para determinar a “forma” do enunciado em questão. Não nos parece que, a um nível tão genérico, êste conceito coloque problemas particulares. Em contraposição, já a êste nível, a expressão “gerar todos e sòmente os enunciados de uma determinada língua” esconde uma série de questões muito amplas. O fato é que, como vimos (item 3 acima) não parecem existir restrições razoáveis acêrca de ocorrência de determinados enunciados (ou melhor: formas de enunciados) numa língua. Se por exemplo queremos tomar em estudo uma língua natural como o italiano, não poderemos limitar-nos aos enunciados que efetivamente se verificam no **corpus** adotado, por quanto maior possa ser êste corpus. Pode acontecer que uma expressão como: “Em 1944 haverá uma conflagração cósmica” nunca se tenha dado no **corpus**, e contudo parece certo, do ponto de vista intuitivo, que esta expressão pertence ao conjunto-língua em questão. Sôbre que bases especificaremos então, sempre de um ponto de vista intuitivo, os enunciados pertencentes a uma determinada língua, ou seja aqueles que uma gramática deve exatamente gerar)? Esclarecendo: dado um vocabulário M (um todo-finito de morfemas de uma língua: isto é, aproximadamente, um conjunto de elementos atômicos que, do ponto de vista sintático, não podem ser decompostos em constituintes mais simples), como especificar, no todo-infinito M^* algumas seqüências de comprimento finito construídas sôbre M , o subconjunto próprio E dos enunciados da língua de forma que $M^* = E \cup N$ (onde N é o conjunto das seqüências sôbre M que não são enunciados da língua, ou seja o complemento de E)? No item seguinte, tratando de algumas noções formais, veremos que E^4 é caracterizável como um conjunto recursivo gerado por uma gramática. Em têrmos intuitivos, podemos entretanto dizer que E é o conjunto daquelas expressões que, para o falante, **valem** como enunciados de língua.

4 — Mais exatamente, não deveríamos falar *tout court* de E (ou seja do conjunto de enunciados), mas sim das estruturas abstratas, particularmente simples, que sucumbem aos enunciados.

10. E' do conhecimento geral, que êste é um ponto da teoria chomskyana sôbre o qual tem se concentrado o maior número de considerações críticas. Grosso modo, para facilitar a exposição, podemos reconduzi-las tôdas a esta afirmação comum: distinguir desta forma os enunciados (expressões gramaticais) dos não-enunciados (expressões não gramaticais) significa na realidade lançar mão de um critério totalmente "subjettivista" de gramaticalidade, carecedor de garantias substanciais. Banalmente, não considerando a acepção "negativa" com a qual são usados alguns têrmos, esta assertiva é verdadeira. Para torná-la significativa são necessárias porém algumas importantes especificações, diante das quais a própria assertiva resultará, por fim, irrelevante. Primeiramente, comecemos por observar que, para dar início à análise de uma determinada língua material, é preciso contar com um todo-finito de expressões que, com "razoável segurança" (Chomsky, 1965: 121), podem ser consideradas enunciados de uma língua. Evidentemente, o problema está no conceito de "razoável segurança", e é a isto que parecem fazer referência as considerações críticas às quais fizemos menção. Cremos porém que a importância dêste problema tenha sido valorizada em demasia. Ao falar-se de "razoável segurança", não se pretende dizer outra coisa senão que os dados, dos quais se parte, são postos com base a determinadas **hipóteses empíricas**: a delimitação das expressões que se julga tenham o valor de enunciados está inevitavelmente ligada a critérios arbitrários. Não vemos nada de escandaloso nisso: simplesmente, admite-se que para **algum falante** (por fim, como já se disse, para o próprio lingüista) determinadas expressões resultem desviantes (trataremos em seguida de determinar com exatidão êste conceito) outras não. Trata-se exatamente de uma hipótese empírica que, como tal, não goza de garantias a priori (nem mesmo é relevante conhecer como a ela se chegue: tudo o que nos interessa é saber que se trata de um ponto de partida e que, pressumivelmente, poderíamos também ter escolhido outro). A esta altura intervém porém a análise formal, que levará a uma determinada gramática, ou seja a uma **teoria** da língua. Desta forma, o problema está em determinar a adequação empírica desta teoria, de verificar como os critérios de desvio que foram atribuídos hipoteticamente ao falante, e exatamente com bases nos quais procedeu-se à distinção entre enunciados e não-enunciados, possam constituir o **modelo** daquela teoria. Pode acontecer que a teoria resulte essencialmente mais poderosa que o con-

junto de critérios atribuídos ao falante, e neste caso ela gerará expressões que não servem para êle como enunciados, ou vice-versa mais fraca, e neste caso não estará em condições de gerar **todos** os enunciados do falante, ou pode ser também que a teoria não consiga gerar nem todos os enunciados do falante nem sòmente aquêles. É óbvio que em todos êstes casos teremos teorias que não satisfazem os requisitos intuitivos formulados inicialmente como hipóteses empíricas. O que interessa salientar aqui, é que estas hipóteses não são óbviamente dadas uma vez por tôdas e que, por exemplo, quando da análise das línguas naturais, elas são suscetíveis de ajustamento com base nos resultados dos processos **formais** adotados. O problema da “razoável segurança” cai inteiramente neste domínio; análogamente, recolocadas dentro dêstes limites, tôdas as questões acêrca da “competência” do falante, relativamente aos critérios de “desvio”, etc. perdem muito de sua dramaticidade, no sentido de que o momento intuitivo da pesquisa, sôbre o qual se concentraram as críticas de “subjetivismo”, não pode **aqui** ser separado do momento formal (como veremos, aliás, também no item seguinte).

11. Resta-nos agora especificar melhor o conceito de desvio e delimitar aquilo que nêle, é pertinente para a gramática (ou seja para a sintaxe, considerando o corte restritivo efetuado na argumentação). É supérfluo dizer que, neste nível, semelhante conceito é totalmente intuitivo: entendemos de fato, por expressões desviantes tôdas aquelas expressões construídas sôbre um determinado vocabulário que o falante não aceitaria como enunciado da própria língua. Independentemente da essencial falta de clareza (que as páginas seguintes têm a finalidade de impedir) tal assertiva pode parecer banal; contudo dela nós precisamos para começar: de fato, não é lei que as assertivas introduzidas preliminarmente no decurso de uma pesquisa devam ser particularmente “reveladoras”. Entretanto interessa salientar outro ponto: esta caracterização do conceito de desvio é por demais ampla para os fins de uma argumentação que tem como objeto o componente sintático de uma gramática. Os motivos que levariam um falante a não “aceitar” certa expressão são múltiplos, e óbviamente não é pacífico que sejam todos apropriados para uma análise sintática. Na realidade, a questão é esta: se por sintaxe, ao nível **intuitivo** que é próprio do falante, entendemos um conjunto de dispositivos (de qualquer gênero êles sejam) que caracterizam a combinação dos elementos constitutivos dos enunciados, permitindo desta forma algumas combinações e

excluindo outras, é natural que uma sintaxe enquanto sistema formal seja solicitada apenas para responder pelo desvio de um subconjunto próprio do todo das expressões desviantes. Por outra, uma teoria da língua assim entendida terá a tarefa de indicar quais as regras que são desrespeitadas quando nos encontramos diante de expressões desviantes de determinado tipo (exatamente aquelas desviantes do ponto de vista sintático, que daqui por diante denominaremos não-gramaticais) entretanto, no caso de expressões desviantes de tipo diferente, a tarefa ficará a cargo de outros componentes. Para sermos mais explícitos tomemos três exemplos banais de expressões que presumivelmente resultariam serem desviantes, isto é, inaceitáveis para um falante ⁵:

- (1) Esta superfície preta é branca.

- (2) $\begin{array}{ccccccc} & 1 & & 2 & & & 3 \\ \text{Ravel, que o pianista Wittgenstein, que o irmão, que} \\ & 4 & & & 3 & 2 & 1 \end{array}$
 escreveu o **Tractatus**, admirava, interpelara, escreveu um
 concerto para piano para a mão esquerda.

- (3) O profundamente dorme:

Grosso modo, no que concerne (1) podemos afirmar que a incompatibilidade que dá lugar ao desvio não diz respeito à “forma” da expressão, e portanto de outro lado ao conjunto das relações de seleção recíproca que ocorrem entre os elementos constituintes como membros de categorias gramaticais (conceito que é aqui tomado num sentido totalmente genérico; trata-se entretanto de uma incompatibilidade presumivelmente semântica, problema que será tratado a seguir. O desvio de (2), aliás, parece alheio à violação de regras sintáticas, pois que a estrutura desta expressão é caracterizada formalmente pelo emprêgo de uma regra de auto-inclusão a qual freqüentemente intervém na construção de enunciados. Esclarecendo, o número de vezes em que a dita regra é empregada parece comprometer de alguma forma a possibilidade, para o falante, de dominar completamente a expressão. No plano intuitivo, é sobejamente claro que uma expressão como:

- (4) $\begin{array}{ccccccc} & 1 & & 2 & & & 2 & & 1 \\ \text{Ravel, que o pianista Wittgenstein interpelara, escreveu} \\ & & & & & & & & \end{array}$
 um concerto para piano para a mão esquerda.

5 — Na expressão (2) a função dos números é simplesmente a de indicar as relações entre os elementos das várias expressões constituintes.

resultante de um único emprêgo da regra de auto-inclusão, aparece totalmente não-desviante. Êste fato faz portanto supor que o desvio de (2) tem sua origem não na violação de uma determinada regra sintática, mas nas dificuldades que dizem respeito à capacidade **efetiva**, própria do falante, de manusear expressões dêste tipo, e isto devido a limitações inerentes à maneira de o falante “executar” determinadas operações lingüísticas (em primeiro lugar, por exemplo, limitações de sua capacidade mnemônica). E’ necessário portanto distinguir de um lado a **competência** do falante, caracterizável grosso modo como sendo o conjunto de dispositivos de que dispõe **em princípio** o falante para produzir e empreender os enunciados de uma língua, ou melhor como sendo o equivalente intuitivo de uma gramática formalizada; de outro lado a **execução**, na qual o falante torna efetivamente operantes aquêles dispositivos e que, como vimos, diz respeito à sua estrutura psico-física e o conjunto de circunstâncias **reais** nas quais age (entretanto a competência é o fruto de uma “idealização” cuja função é tornar mais homogêneos entre si o plano formal e aquêle intuitivo). Evidentemente esta distinção não é gratuita e nem está alicerçada sômente sôbre motivações genêricamente “filosóficas” (situáveis, geralmente, no âmbito de uma polêmica contra o comportamentismo): trata-se de uma escolha de caráter epistemológico a medida em que, no nível intuitivo, determinados dispositivos podem ser considerados, de forma satisfatória, como um **modelo** de uma gramática formalizada (isto é de um **teoria** da língua). Quer dizer, uma gramática formalizada é solicitada para responder pelo desvio de (3) — e isto porque se trata de uma expressão não “derivável” no interior do sistema formal adotado (veremos qual seja), — mas não de (2), cujo desvio, tratando-se de uma expressão derivável no sistema formal em questão, não será portanto atribuível a razões “gramaticais”. Êste conjunto de considerações constitui uma ulterior exemplificação da maneira em que foi posto o problema da inter-relação entre momento intuitivo e momento formal. De fato, algumas hipóteses formuladas em nível intuitivo (no caso particular, hipóteses relacionadas com expressões desviantes) são suscetíveis de um estudo rigoroso graças à elaboração de um sistema formal (no caso, uma sintaxe) de outro lado porém a escolha dêste sistema formal coloca serias restrições acêrca das hipóteses formuláveis em nível intuitivo. Para permanecermos no âmbito do nosso exemplo, se adotássemos uma gramática formalizada G_1 que não gerasse (1) e (2) (ou seja, uma gramática na qual (1) e (2) não sejam

deriváveis — de todos êstes conceitos tratar-se-á no item seguinte), é evidente que (1) e (2) seriam **não sòmente** desviantes, mas tabém, contràriamente a quanto tem se afirmado, não-gramaticais: isto traria òbviamente o abandono da hipótese segundo a qual (1) e (2) sejam desviantes mas gramaticais. De outro lado, a escolha de G_1 e não de G_2 (a gramática que gera entretanto (1) e (2) poderia revelar-se extremamente improdutiva no que concerne problemas gerais de coerência, exaustividade e simplicidade; como conseqüências teríamos então o abandono de G_1 em favor de G_2 e portanto a retomada da hipótese antes rejeitada. Particularmente, estas assertivas explicam o motivo pelo qual o problema do desvio não é colocado em têrmos absolutos, mas relativos: como vimos, ao sistema formal adotado. Em outros têrmos, partindo da hipótese do desvio de determinadas expressões (hipótese, se assim o preferirmos, totalmente “subjativa), o dito desvio poderá ser adscrito, na base de um determinado sistema formal, a fatores puramente sintáticos (e teremos expressões desviantes não-gramaticais como (3), ou a fatores não sintáticos (e teremos, como no caso de (1) e (2) expressões desviantes tanto ao nível de execução quanto ao nível semântico) ⁶. Evidentemente, tais escolhas dependem do sistema formal adotado, e é à luz dêste último que é possível avaliar hipóteses alternativas. O caso mais clamoroso, como veremos, é aquêle em que alguns tipos de desvio originam hipóteses alternativas que atribuem êste desvio à violação de regras sintáticas ou, vice-versa, à violação de regras semânticas. Mas, por isso mesmo, a “relatividade” do conceito de desvio a que fizemos referência faz com que sejam considerações epistemológicas de coerência e simplicidade relativamente à gramática total (com todos os seus componentes) a proferir a última palavra sôbre o problema de atribuir a êste ou aquêle componente a origem do desvio.

12. Esclarecidos tais pontos, a frase no início do item 10, com a qual se especificava o critério de adequação externa para uma gramática, pode ser agora traduzida em têrmos mais intuitivos desta forma: uma gramática é externamente adequada “na medida em que descreve corretamente a competência intrínseca do falante nativo idealizado” (Chomsky,

6 — Evidentemente, esta é uma tipificação puramente ideal, que não exclui, como é fácil compreender, casos “mistos”, nos quais o desvio é imputável a fatores heterogêneos.

1965: 24). O emprêgo do termo “idealizado”⁷ tem aqui em conformidade com o que consta no item 11, uma função bem exata consistente em limitar sensivelmente a capacidade explicativa (em termos intuitivos) de uma gramática generativa, ou seja de um sistema de regras que de forma explícita e mecânica gere os enunciados de uma língua e suas rescrições estruturais. De fato, graças à limitação a que nos referimos, a correspondência que pode ser instruída entre esta gramática e a “competência” do falante (ou, em outras palavras, a relação entre uma teoria e um seu possível modelo intuitivo) não dirá respeito ao comportamento **efetivo** do falante, mas, por isso mesmo, a um conjunto de capacidades **abstratas** (“idealizadas”) que não necessariamente encontram um exato equivalente no plano da execução. Consequentemente, ao nível intuitivo, a tarefa de uma gramática não será a de responder por este comportamento (não será, diversamente denominada, uma tarefa “normativa”). “Quando dizemos que uma gramática gera um enunciado com uma determinada descrição estrutural, pretendemos simplesmente afirmar que a gramática confere esta descrição estrutural ao enunciado. Quando afirmamos que um enunciado possui determinada derivação relativamente a uma particular gramática generativa,

7 — Como o problema do pressuposto “subjetivismo” ,também aquele da “idealização” parece-nos tenha sido freqüentemente mal entendido. Típico, mais uma vez, é o caso de Hockett (1968), que se refere a uma “ociosa especulação filosófica”. O fato é que desta forma ignora-se a natureza epistemológica do conceito de idealização: isto é, ignora-se que este conceito tem essencialmente a função de delimitar a relação entre uma determinada expressão teórica e o conjunto dos fenômenos observáveis, especificando outrossim o não imediatismo desta relação. Do ponto de vista epistemológico, conceitos desta espécie são totalmente banais (como o é, por exemplo, a distinção entre geometria pura e geometria aplicada), e não se compreende como sua utilização em lingüística possa ainda causar espanto. Se a observação de Hockett fôsse correta, então a história da ciência seria lajeada de “ociosas especulações filosóficas”. Aliás, acêrca disto já havia opinado claramente Carnap (1966): “A análise direta [das línguas naturais, A. B.], que tem sido até hoje aquela prevalentemente empreendida, não pode não resultar inadequada, da mesma forma como não poderia resultar inútil o trabalho de um físico que procurasse desde o início estabelecer uma relação entre as próprias leis e as coisas reais: árvores, pedras e assim por diante. O físico originalmente coloca em relacionamento as próprias leis com sistemas artificiais muito simples: com uma alavanca, delgada e reta, com um pêndulo rudimentar, com massas pontudas, etc. Portanto, na base das leis relativas a êstes sistemas artificiais, êle está, posteriormente, em condições de analisar em seus elementos essenciais o complexo comportamento dos corpos reais, conseguindo desta forma controlá-los”.

nada dizemos sobre como o falante ou ouvinte poderia proceder, de que forma prática e eficiente, para construir semelhante derivação. Tais problemas são de pertinência da teoria do uso da linguagem: a teoria da execução". (Chomsky, 1965: 9). Portanto, como dissemos aquilo sobre o qual uma gramática pode responder em nível intuitivo acha-se sensivelmente limitado em virtude da não pertinência do plano executivo: por esta mesma razão, a relação entre uma gramática formal e o conjunto dos processos intuitivos próprios do falante pode ser colocado em termos muito mais restritos.

ANDREA BONOMI

(da Universidade de Milão)

(Trad. de Maurício Cunio)

TEXTOS CITADOS

CARNAP, R. (1966), *Sintassi logica del linguaggio*, Silva, Milano.

CHOMSKY, N. (1962), *Explanatory Models in Linguistics*, em: *Logic. Methodology and Philosophy of Science, Proceedings of the 1960 International Congress*, E. Nagel, P. Suppes e A. Tarsky eds., Stanford.

CHOMSKY, N. (1965), *Aspects of the Theory of Syntax*, MIT Press, Cambridge, Mass.

HARRIS, Z. S. (1960), *Structural Linguistics*, University of Chicago Press, Chicago.

HOCKETT, C. F. (1968). *The State of the Art*, Mouton, The Hague.